TelComp
Competição para o Futuro Digital

Editorial

Ano X - Edição n° 178 - Novembro de 2017

Telecomunicações em debate

Seminário realizado pelo Banco Credit Suisse reuniu investidores e analistas de mercado de capitais para discutir os temas importantes para as telecomunicações no Brasil

O Banco Credit Suisse realizou seminário sobre telecomunicações para investidores e analistas de mercado de capitais. **João Moura, presidente da TelComp**, participou em dois painéis.

Na abertura, o **Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)**, **André Borges**, abordou o plano de conectividade do Governo Federal, cujo objetivo é levar banda larga de alta qualidade ao centro de municípios desatendidos. A perspectiva é facilitar a expansão de redes por provedores regionais e oferecer banda larga para escolas e órgão públicos.

Para financiar o plano, o Governo conta com nova destinação dos fundos setoriais e troca de obrigações das concessionárias, o que seria possível com a aprovação do PLC 79, e a troca de multas administrativas impostas a operadoras por investimentos, através da negociação de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs).

O ponto central é que não há certeza sobre nenhuma destas fontes e assim as propostas de políticas públicas podem não evoluir. O secretário abordou ainda a situação da Oi, ressaltando que o Governo espera uma solução de mercado, com acordo entre credores, acionistas e a eventual atração de novos investidores. Borges entende que a aprovação do PLC 79 não é impedimento para o avanço do processo de recuperação judicial de empresa.

No painel seguinte, com o tema central tributação, **João Manoel Pinho de Melo**, chefe da Assessoria Especial de Reformas Microeconômicas do **Ministério da Fazenda**, e João Moura, abordaram questões que impactam negativamente a economia e o investimento.

João Manoel observou que, dada a situação das contas públicas, mesmo com cortes de gastos e aprovação de reformas, é inevitável o aumento de impostos nos próximos anos. Neste instante, o governo está focado em cortes de gastos, previdência, eliminação de isenções injustificáveis e reformas microeconômicas, voltadas para o aumento de produtividade da economia e recuperação da renda *per capita*. Redução de burocracia, promoção da competição e ajustes na lei de recuperação judicial estão na pauta. A alteração da sistemática de apuração do PIS também foi abordada- pois é importante, também porque será referência para a reforma do ICMS a ser discutida mais adiante. Estas alterações são difíceis pois alguns agentes ganham e outros perdem, mesmo que no conjunto, melhore o sistema como um todo.

"É inevitável o aumento de impostos nos próximos anos", João Manoel do Ministério da Fazenda

João Moura partiu da constatação de que as teles no Brasil estão sujeitas a elevada carga tributária, sem paralelos em países modernos. Explicou que a queda atual na arrecadação no setor de telecomunicações é motivada pela recessão, mas também pela perda de receitas de serviços tradicionais de voz, mensagens e vídeo, substituídos por aplicativos. Os aplicativos não estão sujeitos ao ICMS e isto gera vantagem desproporcional. Além disso, operam modelos de negócios cujos serviços são oferecidos sem cobrança direta ao cliente, o que dificulta a caracterização de *fatos geradores* para fins de tributação. Como as receitas ocorrem em outras atividades, como venda de publicidade, por exemplo, os aplicativos estão fora do alcance do ICMS, tributo incidente mais pesado sobre telecomunicações.

Além disso, há desvantagem competitiva uma vez que serviços equivalentes oferecidos por uma tele ou por OTTs estão sob regimes tributários diferentes. A tributação sobre "serviços e de valor adicionado",

hoje uma exigência do mercado, é fonte de problemas que impactam as operadoras especializadas no mercado corporativo. Estas operadoras ofertam produtos inovadores que combinam soluções de conectividade, de TI e de outros serviços, sujeitos a encargos tributários distintos. A própria Anatel tem dificuldade em reconhecer as diferenças entre as categorias de serviços e faz cobranças (dos fundos setoriais) pelo máximo, como se tudo fosse telecomunicações.

"A estrutura tributária atual é incompatível com a expansão da economia digital e isto terá que ser revisto para não condenar o país ao atraso", destacou João Moura da TelComp

Ainda sobre investimentos, João Moura apontou os custos gerados por cobranças de taxas ilegais, de "reciprocidades" por prefeituras, de direito de passagem

pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Departamento de Estradas de Rodagem (DER), entre outros. Tudo isto gera encargos burocráticos e custos judiciais improdutivos. "Os órgãos públicos não cumprem a lei e obrigam as operadoras a recorrer ao judiciário antes de investir". São custos altos que parecem ocultos, mas penalizam os resultados das empresas.

Para Carlos Baigorri da Anatel, eventuais obrigações de compartilhamento serão definidas seguindo a mesma metodologia do PGMC

Na sequência, o **Superintende Executivo da Anatel, Carlos Baigorri**, discorreu acerca dos aspectos práticos da implantação do PLC 79, quando for aprovado, em especial, metodologias de cálculo sobre troca de obrigações das concessionárias por investimentos. A abordagem será similar à adotada para os TACs, que permitem a troca de multas por investimentos. Sobre compartilhamento, Baigorri explicou que para as redes serem construídas, por força do PLC 79 e dos TACs, as obrigações de compartilhamento serão impostas através da aplicação da metodologia do PGMC (Plano Geral de Metas de Competição), sem diferenciação em virtude da origem dos fundos que financiaram a construção de redes. Ainda sobre o PLC, Baigorri destacou a importância da regulamentação do mercado secundário de espectro, que possibilitará o uso mais eficiente deste recurso.

Para Cláudio Carvalho do Ministério do Planejamento, a diferença da tributação das teles e das OTTs preocupa e precisa ser corrigida

Cláudio Evangelista de Carvalho, diretor do Departamento de Assuntos Microeconômicos e Regulatórios do **Ministério do Planejamento**, ressaltou a importância do PLC para incentivar investimentos em banda larga, fator crítico para a produtividade da economia. Observou também que o tema "bens reversíveis" não deveria dominar as discussões. Para ele, o mais importante é "fazer correções de rumo na regulação setorial". Claudio Carvalho mostrou preocupação com as diferenças de carga tributária das teles e das OTTs e que isto precisa ser corrigido. O problema está sendo discutido em outros países e a solução poderia ser um tributo a ser imposto às OTTs pelo uso das redes. João Moura observou que "não está claro como isto seria feito, uma vez que os clientes já pagam impostos quando contratam serviços de banda larga, inclusive para utilizar OTTs".

Segundo Claudio Carvalho, o valor dos investimentos das operadoras de telecomunicações (R$30 bilhões em 2016) foi superior ao total de investimentos do governo federal no ano, o que evidencia a importância das telecomunicações para a economia do país.

João Moura manifestou apoio à aprovação do PLC 79 e à celebração de TACs, pois contribuem para a eficiência das empresas. Entretanto, destacou que os efeitos concorrenciais não podem ser ignorados pois tem o potencial de destruir

valor de investimentos já realizados por operadoras competitivas. No caso de compartilhamento, observou que o PGMC não tem sido efetivo e a plataforma de negociação de atacado, o SNOA, registra poucas transações e não resolve conflitos entre operadoras. Por esta razão, é importante que o PGMC seja atualizado e que sejam cumpridas as orientações das políticas públicas sobre estímulo ao compartilhamento de elementos de redes e fomento à competição.

O processo de negociação é tenso e conflitado e só se resolve com o *amadurecimento* de soluções e com a flexibilização de exigências das partes, explica Ricardo Sayeg

Em seguida, no painel sobre ***qualidade de serviços***, para o mercado de varejo residencial, as discussões foram em torno de cobranças indevidas por serviços adicionais e da franquia de dados na banda larga fixa. Esta discussão é importante, pois as entidades de defesa dos consumidores argumentam que não há razão técnica para imposição de franquia, uma vez que a cobrança por velocidade já limita o volume de dados que pode ser trafegado. As operadoras argumentam que existem razões econômicas que justificam a franquia, além da possibilidade de ofertas de produtos mais ajustadas aos diferentes requisitos de clientes.

Para Baigorri da Anatel, não há espaço legal para redução das dívidas da empresa com o Estado

O painel seguinte abordou a situação da Oi. **Ricardo Sayeg**, **advogado especializado em recuperação judicial**, explicou a dinâmica do processo de negociação, ressaltando que o acirramento de conflitos é sinal de que as partes estão empenhadas em chegar a um acordo. As mudanças constantes nos planos de negócios e as postergações de assembleias, são normais e antecedem qualquer acordo.

A posição do Governo e da Anatel foi explicada por Carlos Baigorri, que confirmou não haver espaço para negociação dos valores devidos pela Oi à Anatel, pois a lei não permite flexibilizações. Qualquer movimento neste sentido exige alteração legislativa que pode afetar outras empresas em outros setores. É um assunto complexo e não é previsível.

O painel final contou com palestras do **CEO da Claro, do CTO da TIM e do CFO da Telefonica/Vivo**. Os executivos fizeram exposições sobre os planos das empresas transmitindo, em geral, perspectivas cautelosas, mas favoráveis para os negócios no próximo ano.

EXPEDIENTE: Editorial TelComp é o boletim de notícias da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas. Diretoria executiva: Divino Sebastião de Souza (presidente do Conselho Consultivo); Alexandre Martinez: (Vice-Presidente do Conselho Consultivo), Carlos Eduardo Sedeh, Luiz Henrique Barbosa da Silva, Leandro Guerra, José Luiz Pelosini e Tomas Fuchs (diretores). Presidente executivo: João Moura. Estratégia Regulatória: Antonio Rodriguez. Projetos de Infraestrutura: Thomas Cruellas. **Avenida Iraí, 438 cj. 45 Moema . SP Tel: (11) 5533-8399 I www.telcomp.org.br**